

# O CRITÉRIO ÉTICO EM ARISTÓTELES E MENEGHETTI

João Francisco Dias Feltrin<sup>1</sup>

Professor Orientador Dr. Josemar Soares

**RESUMO:** Abordagem do critério ético em Aristóteles e Meneghetti, identificando-se as contribuições de ambos. Do primeiro filósofo, partiu-se da tradicional obra *Ética a Nicômacos*. De Meneghetti, trabalhou-se, especialmente, com o livro *O Critério ético do humano*. A definição de meio termo e o critério para encontrá-lo foram os pontos significativos do trabalho. Em termos conclusivos, Meneghetti, dá a exatidão científica, necessária ao meio termo aristotélico.

**Palavras-chave:** Critério. Critério ético. Ética. Meio termo.

## THE ETHICAL CRITERION IN ARISTOTLE AND MENEGHETTI

**ABSTRACT:** A study of the ethical criterion in Aristotle and Meneghetti to identify their contributions. Regarding the former philosopher, we looked into his traditional work *Nicomachean Ethics*. With respect to Meneghetti, we worked mostly on his book *O Critério ético do humano*. Defining the golden mean and the criterion to find it are the significant points in this paper. In conclusive terms, Meneghetti gives the scientific exactness necessary for the Aristotelian golden mean.

**Key words:** Criterion; Ethical criterion; Ethics; Golden mean.

### 1 Introdução

O presente trabalho tenciona a compreensão do meio termo aristotélico, enquanto critério de decisão, enquanto exercício do ato ético, em paralelo ao meio termo universal, a *constante H*, desenvolvido pelo Prof. Meneghetti.

A ideia do meio termo é antiga. Possivelmente, Aristóteles tenha sido o primeiro a formalizá-lo. Em que pese seja um assunto tão antigo, ainda permanece novo, pois o homem continua tendo dúvidas e incertezas sobre quais atitudes tomar, que atos adotar para ser feliz, para ser realizado. Aristóteles contribuiu na elucidação deste fato e a intenção neste trabalho é compreendê-la.

O Prof. Meneghetti reimpostou muitos conceitos, muitas definições clássicas da filosofia, haja vista a sua atividade clínica bem sucedida e suas descobertas científicas: o Em Si ôntico, Campo Semântico e Monitor de Deflexão. A luz desta nova impostação existe o interesse na compreensão do meio termo universal ou *constante H*.

---

<sup>1</sup> Contador e Advogado em Porto Alegre. Especialista em Gestão de Negócios e Intuição, pela Antonio Meneghetti Faculdade e em Direito Empresarial, com ênfase na advocacia empresarial, pela Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Pois bem, dentro dessa linha discursiva de dois grandes mestres, o esforço intelectual aplicado foi no sentido de pontuar as contribuições de ambos e verificar, em que medida elas são complementares.

Por fim, para atender os objetivos acima, a pesquisa realizada foi bibliográfica e fundamentou-se em duas obras: *Ética a Nicômacos*, de Aristóteles; e, *O Critério Ético do Humano*, do Prof. Meneghetti. Eventualmente, utilizaram-se obras complementares dos autores referidos, conforme a bibliografia indicada na parte final desse artigo.

## 2 O critério ético em Aristóteles

### 2.1 Classificação científica em Aristóteles

Aristóteles classifica a ciência em três grandes áreas: a) ciências teóricas ou teoréticas; b) ciências práticas; e, c) ciências poiéticas ou produtivas. (CAROTENUTO, **Histórico sobre as teorias do conhecimento**, 2009, p. 25.)

As ciências teóricas ou teoréticas tem como objeto o saber das coisas ou o saber em si mesmo. O estudioso necessita, apenas, da sua mente, da sua capacidade para fazer ciência. A metafísica ou filosofia primeira é um exemplo, assim como a física e a matemática.

Por sua vez, as ciências práticas buscam o saber em vista da excelência ou perfeição moral. Nesta linha, o político necessita da **πόλις** (polis), da cidade para exercer a sua atividade ou ação. A ciência política é o exemplo clássico.

Por fim, as ciências poiéticas ou produtivas eram aquelas que buscavam o saber em função do fazer. É bom destacar, que a palavra grega **ποίησις** (poiesis) apresenta o sentido de criação ou produção, logo, um poema, uma poesia são produtos, são obras. Inclui-se neste ramo científico, a *poiesis* ou o fazer puro, bem como a retórica e a dialética. (RIZZI, **Curso de Introdução de filosofia à maneira clássica de Nova Acrópole**, s.d., ps. 73-74.)

Oportuno citar a seguinte passagem em Aristóteles:

E também é justo chamar a filosofia de ciência da verdade, porque o fim da ciência teorética é a verdade, enquanto o fim da prática é a ação. (Com efeito, os que visam à ação, mesmo que observem como estão as coisas, não tendem ao conhecimento do que é eterno, mas só do que é relativo a determinada

circunstância e num determinado momento). Ora, não conhecemos a verdade sem conhecer a causa. (ARISTÓTELES, **Metafísica**, II, 993 b 20-23.) (grifou-se)

Em linha de síntese, Aristóteles estabeleceu três grandes ramos científicos, as ciências teóricas que buscam o saber em si; as ciências práticas, cuja ação busca a excelência moral; e, as ciências poiéticas, que perseguem o saber em função do fazer, do produzir. (ZILLES, **Teoria do Conhecimento**, 2006, p. 81.)

## **2.2 Ciência política e objeto de estudo: a excelência moral**

O estagirita posiciona a política como a disciplina mais predominante das ciências, pois através dela se definem as demais disciplinas científicas que devem ser matéria de estudo, numa determinada cidade. (ARISTÓTELES, **Ética a Nicômacos**, II, 1094 a 10-14.) O interesse prioritário desta ciência, no que se refere à formação de seus cidadãos, é a qualificação do seu caráter, para torná-los aptos à prática de boas ações.

Dentro deste contexto, a excelência era o bem indispensável, o atributo sem o qual, a formação seria comprometida. A compreensão da excelência, em Aristóteles é muito interessante. No livro II, do **Ética a Nicômacos**, ele procura definir o que é excelência. Para isto, ele parte da alma, classificando-a quanto as suas manifestações: emoções, faculdades e disposição.

Segundo ele, emoção é a cólera, a inveja, a amizade, os desejos, a piedade e de um modo geral os sentimentos acompanhados de prazer ou sofrimento. As faculdades são as inclinações, em função das quais, sente-se a piedade, a inveja, enfim, é uma sujeição aos sentimentos descritos acima. Já, a disposição é um estado da alma em relação as ações e emoções, sente-se bem em relação a amizade ou não, sente-se bem em referência a piedade ou não, ou seja, é a posição da alma em relação as ações e emoções. (ARISTÓTELES, **Ética a Nicômacos**, II, 1106 a 1-10.)

A partir desta explicação, Aristóteles firmou o gênero da excelência, enquanto disposição; porém, ele não se limitou a isto, pois ele quis definir que espécie de disposição é esta. Na visão aristotélica existem dois tipos de excelência: a intelectual e a moral. A primeira está relacionada à instrução, portanto, exige tempo e experiência; por outro lado, esta última, vincula-se ao hábito, cuja aquisição é feita pela prática. (ARISTÓTELES, **Ética a Nicômacos**, II, 1103 a 10-15.)

Interessa, neste contexto de estudo, a excelência moral, intimamente relacionada com a atividade, com o agir, pois para ele, são as ações adequadas à excelência que conduzem à felicidade. Por tal razão, Aristóteles afirma que a ciência política deve ter a preocupação prioritária de formar cidadãos, capazes de praticar boas ações.

Ademais, não é por acaso, que o filósofo diz: “a felicidade é a atividade conforme a excelência” (ARISTÓTELES, **Ética a Nicômacos**, I, 1098 b 35.), “a felicidade é necessariamente inseparável da virtude” (ARISTÓTELES, **Política**, 2007, p. 129.), o que conduz ao entendimento, de que a prática de boas ações conduz a felicidade.

Em síntese, o objeto da ciência política para Aristóteles é a formação dos cidadãos, capazes de agir com excelência moral ou virtude. (ARISTÓTELES, **Ética a Nicômacos**, I, 1099 b 35-39.)

### 2.3 O meio termo aristotélico

O meio termo aristotélico é uma medida, construída com o objetivo de atingir a excelência moral ou a virtude. Dentro desta linha de raciocínio, Aristóteles, valendo-se das palavras de um autor desconhecido, “a bondade é uma só, mas a maldade é múltipla” (ARISTÓTELES, **Ética a Nicômacos**, II, 1105 b 39.), pontua o entendimento de que o meio termo é um ponto justo e único, para aquela pessoa e naquelas circunstâncias. (ARISTÓTELES, **Ética a Nicômacos**, II, 1106 b 35.)

Analisando-se esta idéia com a verticalidade necessária, percebe-se que o meio termo é o ponto equidistante, entre o excesso e a falta, ou seja, aquilo que não é nem demais, nem de menos.

Os aspectos importantes nesta compreensão, que devem ser considerados, é o fato deste ponto não ser único e nem o mesmo para todos. Assim, expressa-se Aristóteles:

Por exemplo, se dez é muito e dois é pouco, seis é o meio termo, considerado em relação ao objeto, pois este meio termo excede e é excedido por uma quantidade igual; este é o meio termo de acordo com uma proporção aritmética. Mas o meio termo em relação a nós não deve ser considerado de maneira idêntica; se dez minas de alimento são demais para uma pessoa ingerir e duas minas são muito pouco, não se segue necessariamente que o treinador prescreverá seis minas, pois isto também pode ser demais para a pessoa que ingere o alimento, ou então pode ser muito pouco – muito pouco para Milon e demais para um principiante em exercícios atléticos. Acontece o

mesmo com o tempo de corrida e de luta. Sendo assim, um mestre em qualquer arte evita o excesso e a falta, buscando e preferindo o meio termo – o meio termo não em relação ao próprio objeto, mas em relação a nós.” (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômacos*, II, 1106 b.) (grifou-se)

Registre-se, que a proporção aritmética é o meio termo em relação ao objeto, porém Aristóteles destaca que o meio termo deve ser em relação a nós, ao indivíduo, a pessoa em questão. Por isto, ele não é único, nem tampouco igual para todos.

Porém, esse é um ponto bastante complexo na compreensão e aplicabilidade, em que pese Aristóteles apresente muitos exemplos no Livro IV do *Ética a Nicômacos*, entre os quais, alguns são indicados na tabela infra.

<b>Deficiência/Falta</b>	<b>Atividade e o 1/2 termo</b>	<b>Excesso</b>
Avareza	Dinheiro que se dá e recebe	Prodigalidade
	<b>Liberalidade</b>	
Covarde	Medo e a temeridade	Temerário
	<b>Coragem</b>	
Insensível	Prazeres	Concupiscente
	<b>Moderação</b>	
Pusilanimidade	Honra e desonra	Pretensão
	<b>Magnanimidade</b>	

Um pequeno exemplo de meio termo aristotélico é a magnanimidade, em relação aos desejos ou aspiração de honorabilidade. Ser magnânimo é ser grande de alma, de espírito, ser generoso. A pessoa está adequada a honorabilidade presente no seu espírito, no seu íntimo. Ela busca o reconhecimento daquilo que é, e nada mais. Quando existe a falta, o sujeito torna-se pusilânime, covarde, fraco e tímido diante da situação. As suas aspirações são menores do que realmente merece. Agora, tendo excesso de aspirações, no que se refere as honras, a pessoa é pretensiosa. Aspira mais do que, efetivamente possui, os seus méritos não justificam a sua pretensão. (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômacos*, IV, 1123 b – 1125 b.)

Apesar da explicação muito clara e dos exemplos acima, entre tantos outros, apresentados no livro *Ética a Nicômacos*, Aristóteles aponta algumas exceções, que não estão sujeitas a ponderação do meio termo:

Mas nem toda ação ou emoção admite um meio termo, pois algumas delas têm nomes nos quais já está implícita a maldade – por exemplo, o despeito, a impudência, a inveja e, no caso das ações, o adultério, o roubo, o assassinato. (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômacos*, II, 1107 a 1-3.)

Essas exceções indicadas por Aristóteles não estão sujeitas ao meio termo, pois a emoção ou ação, já constituem um vício, um defeito. Ele dá o exemplo do adultério, não existe excesso e nem falta, caso se admitisse o meio termo nestas ações, ter-se-ia que admitir o excesso do excesso e a falta da falta. (ARISTÓTELES, **Ética a Nicômacos**, II, 1107 a 11-19.)

Ainda, dentro deste tópico, é oportuno mencionar a inclinação ao erro, apontada por Aristóteles.

Parece haver também um outro elemento irracional na alma, mas este em certo sentido participa da razão. De fato, louvamos a razão tanto do homem dotado quanto do destituído de continência, bem como a parte racional de ambos, pois esta os exorta acertadamente e em direção aos melhores objetivos; acha-se também neles, todavia, outro elemento natural além da razão, que luta contra esta e lhe resiste. De fato, da mesma forma que, quando pretendemos mover para a direita membros paralisados, eles tendem, ao contrário, a mover-se para a esquerda, é isto que acontece com a alma: os impulsos das pessoas destituídas de continência atuam em direções opostas. Mas enquanto no corpo o membro errático é visível, no caso da alma não o vemos; seja como for, não devemos duvidar de que haja na alma um elemento além da razão, resistindo e opondo-se a ela, embora o sentido em que ele e ela se distinguem um do outro não faça diferença para nós. (ARISTÓTELES, **Ética a Nicômacos**, I, 1102 b 22-35.) (grifou-se)

Esta inclinação é um elemento irracional, integrante da alma, que deseja fora da racionalidade. Se este elemento está sob o domínio da razão, é como se fosse uma razão desejante, uma racionalidade que deseja, pois está sob os auspícios da alma. Por outro lado, não estando sob o controle da parte racional da alma, ela torna-se um desejo irracional, concupiscente.

Por fim, deve-se destacar que Aristóteles tinha uma desconfiança clara das inclinações, dos desejos da alma que se opunham a própria alma, entendida como a sua melhor parte. Ele não racionalizou esta inclinação, não desenvolveu um argumento preciso sobre isto, porém ele menciona em diversas passagens da sua produção científica, esta parte sombria da alma.

## **2.4 O fim último da ciência política**

Para Aristóteles, todas as coisas, entendidas como arte, ação, ciência ou propósito visam a um determinado bem. Este bem pode ser a própria atividade ou um produto resultante dela. Partindo-se do fato de que existem múltiplas atividades, por

consequente, existem também muitas finalidades. (ARISTÓTELES, **Ética a Nicômacos**, I, 1094 a 1-6.)

Em que pese este fato, inexistente relevância, haja vista que o prioritário é a relação de precedência entre as finalidades. Um pequeno exemplo dado pelo próprio Aristóteles: - O artesão que produz selas para montaria tem este produto como um fim ou finalidade; porém, este mesmo produto é instrumental para a guerra, para a estratégia, em vista da vitória que se pretende. A produção do artesão é subordinada à estratégia do General, constituindo-se em uma cadeia de prioridades, entre os diversos fins. (ARISTÓTELES, **Ética a Nicômacos**, I, 1094 a 7-16.)

Para cada atividade existe um bem, entretanto existe um bem último que não é instrumental a outro. Seria, segundo o filósofo, um “bem supremo”, auto-suficiente, cuja escolha é por si mesma e nunca por algo mais.

Auto-suficiente pode ser definido como aquilo que, em si, torna a vida desejável por não ser carente de coisa alguma, e isto em nossa opinião é a felicidade...Logo, a felicidade é algo final e auto-suficiente, e é o fim a que visam as ações. (ARISTÓTELES, **Ética a Nicômacos**, I, 1097 b 11-19.)  
(grifou-se)

Conforme a citação acima, o bem supremo, o bem último ou o objetivo final da nossa vida é a felicidade, por ser auto-suficiente, por ser uma atividade desejável em si e não com vistas a algo mais. (ARISTÓTELES, **Ética a Nicômacos**, X, 1176 b; X, 1177 a.)

## 2.5 Conclusão em Aristóteles

O grande Aristóteles, chamado de “o filósofo” por Tomás de Aquino, ao escrever esta obra, **Ética a Nicômacos**, pretendeu desenhar um horizonte de tomada de decisões às pessoas, especialmente aos jovens, que desejassem atingir o bem supremo e último, a felicidade.

Não mediu esforços, no sentido de pontuar aquilo que seria o mais correto e eficiente neste processo de busca da felicidade, analisando ponto a ponto, até chegar ao bem último. Esclarece o objetivo da ciência política, ou seja, formar cidadãos capazes de praticar ações à luz da excelência moral. Conceitua o que é excelência moral, enquanto disposição da alma em referência às ações e emoções.

Mais adiante, estabelece um critério para a obtenção desta excelência moral, o meio termo. Explica-o de forma detalhada, com muitos exemplos, exclui aquelas atitudes ou emoções que não estão sujeitas ao meio termo, por serem, na sua própria natureza, uma deficiência. Conclui que o meio termo é um ponto único e justo para cada pessoa, conforme as circunstâncias.

Por fim, arremata o assunto estabelecendo a felicidade como o produto da excelência moral ou virtude, o bem último a ser perseguido e auto-suficiente em si.

### **3 O critério ético em Meneghetti**

#### **3.1 Breve síntese das descobertas científicas do Prof. Meneghetti**

Para ter a correta compreensão do critério ético em Meneghetti, é indispensável uma abordagem preliminar das suas descobertas científicas, que lhe possibilitaram pontuar, com exatidão, o critério ético do humano.

A primeira grande descoberta científica foi o campo semântico. Entende-se por esta descoberta, “a comunicação-base que a vida usa no interior das próprias individuações” (MENEGETTI, **Dicionário de Ontopsicologia**, 2012, p. 38.). É um conhecimento em ato, que se dá entre as individuações humanas, porém para a maioria dos seres humanos é desconhecido.

Além da interação lógica e verbalizada entre os sujeitos: *comunicação cinésica* (movimento autônomo que o sujeito faz quando fala ou não, em movimento ou não), *comunicação proxêmica* (gestão do corpo em relação a, relacionados ao próximo, *relativos a*) e a *linguagem* (verbal com todos os seus códigos linguísticos), acontece uma interação energética com sentido próprio, que é operativa, independente das comunicações acima citadas. (MENEGETTI, **Campo semântico**, 2005, ps. 37-38.)

Esta interação energética é o campo semântico, que produz uma informação exata, com total integridade de sentido, pois a interação desenvolvida entre os sujeitos é unívoca. (MENEGETTI, **O critério ético do humano**, 2002, p. 60.) Ela opera antes da comunicação cinésica, proxêmica, da própria verbalização e conscientização do Eu do sujeito. Tecnicamente, o campo semântico é um transdutor informático sem deslocamento de energia, pois ele **dá a forma** de passagem da energia e não a passagem



da energia. Transdução informática significa exatamente isto, dar a forma de passagem, mas não a passagem da energia. (MENEGHETTI, **Manual de Ontopsicologia**, 2010, ps. 183-184.)

Em termos simples o campo semântico é o telefone, através do qual a natureza fala, sendo que por natureza, deve-se entender a totalidade do real humano. (MENEGHETTI, **Lições de Leningrado: Uma Introdução à Ontopsicologia**, 1993, p. 67.)

Já, a segunda descoberta é o Em Si ôntico, “princípio formal inteligente que faz autóctise histórica” (MENEGHETTI, **Manual de Ontopsicologia**, 2010, p. 157.). “É um princípio” porque estabelece o início, o ponto de partida, o fundamento que formaliza, mas que, também, é formalizado. “Formal”, no sentido de que apresenta um *design* especificado a uma função. “Inteligente” porque lê aquilo que é, evidencia o íntimo que é. Colhe o íntimo de si mesmo, mantendo-se nesta própria intimidade. Esta primeira parte da definição é metafísica e evidencia o projeto que é.

Com a expressão “que faz autóctise histórica”, segunda parte do conceito, entra-se no plano da existência, no vir a ser existencial. O Em si faz-se fenômeno, é a passagem do *noumenon* ao campo fenomenológico. “Que faz” é a ponte, a passagem ao fenômeno; “autóctise” é um fazer a si mesmo, capacidade de se auto-fazer, auto-construir; “histórica” implica as coordenadas de tempo e espaço, portanto, referência ao aqui e agora.

Em síntese, o Em Si ôntico “é o princípio-critério do humano individuado” (MENEGHETTI, **O critério ético do humano**, 2002, p. 90.).

Ainda, existe a reflexão última entre Em Si ôntico em situação histórica, o Eu a priori, que é um momento no qual se presencia o dever estético, o ponto ótimo para o sujeito. O Eu a priori é um indicador preciso, que sinaliza momento a momento, o que deve ser feito. (MENEGHETTI, **Manual de Ontopsicologia**, 2010, ps. 208-209.)

Por fim, a última descoberta, é o monitor de deflexão. Mecanismo que se faz presente de forma obsessiva no ser humano, por meio de um traçado de duas ou três imagens e que produz distorção no processo reflexivo. É uma espécie de “enxerto”, que se agrega, que se aloja ao princípio base da natureza humana, tornando o homem alheio a si próprio. A sua interferência se dá entre o orgânico e o processo reflexivo, desviando

o resultado final da reflexão, ou seja, distorcendo. (MENEGETTI, **Manual de Ontopsicologia**, 2010, p. 180.)

Resultam dessa interferência três efeitos: 1) redução da consciência; 2) ocupação dos primeiros postulados ou categóricos éticos (amor, família, religião, etc.); e, 3) a experiência do medo e da angústia. (MENEGETTI, **Manual de Ontopsicologia**, 2010, p. 174.)

### **3.2 Definição de critério e alguns termos indispensáveis a sua compreensão**

Etimologicamente, critério vem da palavra grega “κρίνω”, cujo significado é julgo. Partindo-se desta origem, “critério é a base para julgar, para distinguir, para fazer confrontos; o ponto ou medida para fazer o igual” (MENEGETTI, **Manual de Ontopsicologia**, 2010, p. 145.).

A palavra critério ou princípio é um parâmetro de distinção, é um princípio que permite distinguir, emitir juízos, fazer relações. É um fundamento de confronto, no sentido de extrair as medidas daquilo que está sendo confrontado.

Quando se fala em ciência, existem dois critérios: o critério de convenção e o critério de natureza. O primeiro é aquele usado pelas ciências do sistema. Exemplo: o metro, enquanto critério de medida; leis ou princípios das ciências exatas: física, matemática, química. Um conjunto de cientistas estabelecem os princípios da ciência em questão e a partir deles, julgam científico ou não, parametrizam o que é ou não científico. Pode-se estender este critério ao direito, quando se usa o critério da lei, da opinião dos tribunais; às religiões, quando se usa o critério da fé e/ou dogma e assim por diante.

Já, o critério de natureza é um parâmetro que brota do íntimo do ser das coisas, segue uma regra ínsita na própria vida e responde sempre ao apelo, ao chamado da própria natureza.

*O critério de natureza é uma medida que procede por evidência, responde a uma intenção de natureza, e concretiza o objeto ou o campo pré-escolhido. É a intencionalidade de natureza quando e como se evidencia.* (MENEGETTI, **Manual de Ontopsicologia**, 2010, p. 147.)

Para entendê-lo é necessário proceder por “evidência”, para isto, o sujeito deve se tornar um *expert*, um perito na produção de evidências. Primeiro de si próprio,

depois, daquilo que me diz respeito, que faz relação comigo, que me toca (MENEGETTI, *L'In Sé dell'uomo*, 1999. p. 242.).

Evidência (do latim *ex vidente*) significa: a verdade do fato nasce de mim que vejo, ou seja, nasce do mesmo princípio através do qual se existe. “Evidência” é *ecceidade*, a ação em ato: a ação se autorreflete. (MENEGETTI, *Manual de Ontopsicologia*, 2010, p. 147.)

Em redução última, a evidência é quando o *dominus*, torna-se verdade no íntimo da *res* e esta, da mesma forma, torna-se verdade no íntimo do *dominus*. É uma relação, de *noumenon* a *noumenon*, de íntimo a íntimo.

A natureza é tudo aquilo que “nasce da ação da vida”. É a própria existência, conforme o Prof. Meneghetti, ou seja, é aquilo que germina da força da vida, do princípio da vida (MENEGETTI, *O Projeto homem*, 2011, p. 295.)

‘Natureza’, do latim *quod oritur ex nato*. *Nato*: o que a mente (do grego *νοῦς*) aciona. O produto da *νοῦς* é natureza. *Natus*: como a mente faz lugar, dá ato, como a intencionalidade psíquica se formaliza. Quando digo “intencionalidade psíquica” não se deve entender aquela do pequeno homem, mas a ordem da natureza. (MENEGETTI, *Manual de Ontopsicologia*, 2010, p. 147.)

O termo *ecceidade*, cunhado inicialmente por John Duns Scot (1266-1308), denominado *Doctor Subtilis* (o “Doutor Sutil”) é uma expressão importantíssima para compreender o argumento do critério de natureza. Para ele, *ecceidade* é um modo de presença da alma, quando o espírito divino tornava-se presença, portanto, a última individuação ou ressonância de Deus, na sua singularidade distinta e indivisível. (MENEGETTI, *Manual de Ontopsicologia*, 2010, ps. 154-155.)

*Ecceidade* para o Prof. Meneghetti é um conceito distinto.

Em vez disso, quando uso o termo “*ecceidade*”, eu pretendo abrir o ser. Não é contraditório com o quanto dito por Scotus, mas é um continuativo, um reforçativo. *Com o conceito de “ecceidade” quero romper o sujeito e o objeto*. Faço o sujeito dentro do objeto, o romper-se do objeto e do sujeito. (MENEGETTI, *Manual de Ontopsicologia*, 2010, p. 155.)

Para Meneghetti, *ecceidade* não é visto como uma relação, entre sujeito e objeto, não é visto como um corte; mas, pelo contrário, ocorre uma superação destes dois elementos, formando-se uma síntese “em si”, daquilo que é, pois é uma evidência, sem mediação.

‘*Ecceidade*’ é algo que se é por evidência. Procedo do ser: o real se abre e se certifica sem mediação. Autojustifica-se por autoposição, ou seja, *a verdade*

*é autóctise*, quando é por autoevidência. Este é o princípio da Ciência Ontopsicológica: *o real evidencia-se pela autóctise do indivíduo operador de realidade*, não há princípio mais real do que o seu ser-aí. Uso o termo “autóctise” em dois modos: o fato em si (autopôr-se) e o processo do fazer-se, a autoconstrução, ou a autóctise como processo psicológico. Não existe o indivíduo aqui e o real lá: ele é real e pode falar realidade até onde o real lhe é relativo. Onde não é assim, não existe, não há, visto que ele não o experimenta. (MENEGHETTI, **Manual de Ontopsicologia**, 2010, p. 155.)

O conceito de intencionalidade de natureza ou psíquica, é mais uma expressão que facilita a compreensão do critério de natureza. Na intencionalidade, conforme o Prof. Meneghetti, inexistente o objeto separado do sujeito, pois o dar-se se dá por meio do “sujeito e seus modos”. É como se o objeto, que está no mundo fenomênico, já pertencesse ao meu íntimo, ele já está contido na “forma do meu íntimo”. (MENEGHETTI, **O monitor de deflexão na psique humana**, 2005, p. 157.)

Retoma-se, com muita propriedade, a ideia forte dos antigos gregos e romanos “*res clamat ad dominum*”, a coisa busca o seu patrão, pois a *res* já é do patrão, já pertence a forma íntima do *dominus*, em que pese, fenomenicamente, esteja fora, apartada.

Aquilo que aparece como externo, o objeto, não é real, no máximo é aparição de um modo que não pode ser diferente de mim, isto é, sou sempre eu que ajo, eu que vou, que amo, que caio, que sofro, que tenho medo, eu que subjetivamente experimento o meu mal aqui, agora. A única realidade é psíquica e vocês se darão conta de que, quanto mais se vai adiante no conhecimento íntimo das coisas, mais se perde a realidade dessas coisas que parecem relevantes, mas que efetivamente são condutas da intencionalidade, isto é, algo que *tende a*. É uma *tensão a*, mas que não tem objeto: sou *eu que vou*.

Analisando ao extremo essas poucas informações, vocês não encontrarão “eu que morro em uma outra coisa”: sou *eu que vou*. O objeto é somente um arremessado ou precipitado do Eu para o Eu. (MENEGHETTI, **O monitor de deflexão na psique humana**, 2005, ps. 157-158.)

Intencionalidade, etimologicamente, é uma expressão simples: do latim “in” (dentro); “tensu” + “actio” (força + ação); e, “ita” (assim, deste modo, desta maneira). Logo, em tradução simples, intencionalidade é força da ação que parte assim, deste modo, de dentro ou do íntimo. (REZENDE; BIANCHET; Braga, **Dicionário do Latim Essencial**, 2005, ps. 24, 171, 196 e 403.)

Por fim, a natureza apresenta uma regra fundamental, à qual o homem não pode ignorá-la, porque ela existe nele, no homem. É um previsto da natureza no homem, é um critério de natureza implícito no ser humano, que o chama a todo momento, de

forma apriórica. Esta ordem, “define-se Em Si do homem: a ordem apriórica e categórica de qualquer ser humano”.

### 3.3 O critério da natureza humana e do homem

O Prof. Meneghetti ao longo da sua pesquisa e atividade clínica, percebeu que dentro da intencionalidade de natureza, apresenta-se uma ordem constante de funcionalidade ao ser humano. É uma intenção de natureza que busca aquilo que é seu, aquilo que reforça a sua própria natureza, em evolução e crescimento.

Esta ordem própria apresenta uma estrutura. Em que pese ausente no mundo fenomênico, é responsável pela presença e realidade das consistências de análise do humano (MENEGHETTI, **O critério ético do humano**, 2002, p. 63.). É uma forma de inteligência com potencial de vida, ou nas palavras do Prof. Meneghetti “é uma fórmula dos acontecimentos da vida”, “é um módulo de construir e de sintetizar o potencial da vida”, “é uma fórmula base por meio da qual se determina a especificidade do universo do homem”.

Este critério é chamado *constante H* (humanitas costans). Constante porque é uma ordem contínua, que segue a eternidade da vida. “H”, porque provém da palavra homem, humano, humanidade, que por sua vez origina-se da expressão latina *humanitas, homo*.

Esta fórmula geral, cujo produto ou resultado são os seres humanos, constitui um critério de identificação para definir o humano do não-humano. Por conseguinte com a *constante H*, posso fazer ciência, posso medir qualquer coisa, desde que esta coisa seja reconhecida e identificada por ela. O que a *constante H* não identifica, não reconhece, não é possível medir.

*1 a constante H é a forma que especifica a energia elementar ou existencial do Em Si ôntico humano;*

*2 o critério objetivo da funcionalidade humana e dos valores referentes a ela;*

*3 valor prioritário elementar deduzido da intrínseca forma que individua e especifica o humano enquanto tal e o distingue de todas as outras formas ou modos de existir.*

*Sobre esse critério, a Ontopsicologia discrimina o positivo ou negativo do universo inerente à dialética homem. Concretiza-se na experiência da ecceidade existencial (MENEGHETTI, **O critério ético do humano**, 2002, ps. 88-89.)*

Em leitura prática, deduz-se que a *constante H* é a forma geral, de qualquer individuação humana. É a responsável por dar a intencionalidade, que especifica o modo ou as qualidades. É um meio termo universal de todas as proporções do ser humano, sejam nos aspectos psicobiológico, fisiológico e moral. (MENEGETTI, **O critério ético do humano**, 2002, p. 84.)

O quanto foi dito, até o momento, permanece correto e verdadeiro. Acresce-se, apenas, que o critério da individuação humana, enquanto projeção do Ser, é o Em Si ôntico. Este é o princípio-critério da cada humano individuado.

Na essência a *constante H* e o Em Si ôntico são a mesma coisa, porém existem momentos distintos de manifestação. A primeira é a forma geral de qualquer Em Si ôntico, dá a intencionalidade geral que, depois, especifica o modo da individuação. O segundo é o princípio-critério de cada ser humano e recebe a forma e a imagem da primeira.

### **3.4 O meio termo em Meneghetti, em termos práticos**

Na concretude do meio termo, enquanto critério decisório, é indispensável a humilde revisão da consciência do indivíduo. Sem este procedimento é impossível uma aplicação prática e racional da *constante H*.

A consciência do indivíduo, do homem comum é o fruto das aculturações e construções sociais ao longo da história. É um feixe de valores, estereótipos, morais que poderão ou não, servir como critérios de decisão.

A consciência é exatamente um monitor, espelho de exposição ou reflexão de qualquer real com que está em relação. Chamei-a de 'monitor de reflexão' porque me dá a imagem correta: é um espelho psicodélico onde as imagens coincidem com o real vivido.

Essas imagens (ou reflexões) e objetos (ou estruturas relativas) são iguais e reversíveis. É a situação eidética que consente a reversibilidade interativa do interior ao exterior e vice-versa.

No interior do ser humano, sobrepôs-se uma projeção especular que altera os processos do conhecimento organísmico: o monitor de deflexão. Esse intervém quando a informação está reduzida ao sinal mínimo: naquele ponto o objeto não tem mais cor ou gosto, é somente um sinal irrelevante até mesmo para a matemática. Naquele momento é suficiente o acréscimo de um ponto para fazer variar um universo de sentido. (MENEGETTI, **Manual de Ontopsicologia**, 2010, ps. 171-172.) (grifou-se)

A consciência, como explicita o Prof. Meneghetti, é um monitor que poderá ou não refletir o real. Basta uma intervenção, de um mínimo sinal, que a informação será projetada em erro, com uma radical alteração de sentido.

Por conta do monitor de deflexão, já mencionado, a reflexão operada pela consciência perdeu a exatidão. Não significa que ela não tenha capacidade de exatidão; pelo contrário, ela possui, porém é necessário neutralizar o monitor de deflexão, para com isto, repriminar a capacidade nativa da consciência.

Se eu decido com base num critério de convenção, baseado na minha consciência, eu estarei agindo, provavelmente, à luz do externo, em detrimento do critério ínsito de natureza, posto em mim pelo Ser.

Necessariamente, a revisão da consciência, passa pela atividade psicoterápica com o método ontopsicológico. É uma passagem instrumental, não constituindo um fim em si mesmo, entretanto é indispensável para se atingir a radicalidade de si próprio e ter a percepção transparente do critério de natureza.

A seguinte citação do Prof. Alécio Vidor é um forte indicador, quanto a necessidade da psicoterapia:

Fazer psicoterapia significa deixar-se discutir para restabelecer a autenticidade do próprio eu consciente e aprender a funcionalidade orientada à auto-realização... A psicoterapia é ciência e arte. É ciência enquanto sabe precisar a intencionalidade de natureza daquele cliente e é arte pelo fato de saber ajudar o ser humano a construir uma obra-prima do espírito, desde que o sujeito o queira. (VIDOR, **Filosofia Elementar**, 2008, p. 52.) (grifou-se)

Ainda, valendo-se da argumentação do Prof. Alécio Vidor, “a psicoterapia de autenticação é um instrumento para repor a consciência em sintonia com a ordem de natureza e de identidade pessoal” (VIDOR, **Filosofia Elementar**, 2008, p. 51.), pois com ela, atinge-se a transparência de espírito, consegue-se visualizar o critério de decisão a cada instante e decidir: é para mim, não é para mim; é meu, não é meu; pertence-me, não me pertence; faço, não faço; e assim por diante, em cada circunstância.

Um pequeno exemplo, na tentativa de ilustrar uma tomada de decisão à luz do critério de natureza: - Uma jovem, estudante de nível superior, aplicada nos seus estudos, numa dada situação em conversa com um empresário, amigo da família e tio, recebe um convite para estagiar na sua empresa. Ela, ao longo da conversa com seu tio e

empresário, sente uma rigidez no corpo, um arrepio na coluna, porém não dá a atenção devida, em que pese os perceba. Na noite que segue, ela sonha que estava andando dentro de uma grande câmara fria, de um grande freezer.

Existem duas situações: 1) ela aceita o convite do tio, uma pessoa bem sucedida, da família, tomando uma decisão à luz da consciência social e familiar; é o meu tio, irmão da minha mãe, proprietário de uma grande companhia; ou, 2) ela não aceita o convite do tio, pois ela tem consciência do critério de natureza, presente no seu íntimo. Ela percebeu que o seu corpo reagiu negativamente ao convite do tio; ela percebeu o arrepio da coluna, a rigidez do corpo e, sobretudo, soube fazer a leitura do sonho que sucedeu ao convite. Isto é, ela aplicou o critério de natureza na tomada de decisões.

De fato, existem duas situações: o indivíduo orienta-se pela bússola de natureza, ao longo do miricismo cotidiano; ou, orienta-se pela lógica social, pelo regramento social. É importante que fique claro, que isto não implica na desconsideração das regras sociais e familiares, pelo contrário, todas elas devem ser observadas e respeitadas, porém no íntimo de cada sujeito existe o meio termo, o ponto justo, a decisão ótima a ser tomada.

É um exemplo simples, que ilustra a aplicação ou não do critério de natureza.

### **3.5 Conclusão em Meneghetti**

O Prof. Meneghetti racionalizou um critério de natureza existente, porém desconhecido do mundo científico. Este princípio sempre existiu, é intrínseco à vida humana. É uma ordem perene que pulsa no íntimo da Vida e no íntimo do ser humano. É como se fosse o ritmo cardíaco do universo aplicado ao ritmo cardíaco do homem.

A sua leitura é simples, porém exige um homem simples, sem partes, total, que seja capaz de ler, por meio de sua consciência, todos os sinais orgânicos que a vida apresenta ao longo do miricismo cotidiano.

O primeiro critério é a *constante H*, lei universal para todos os homens, que dá a intencionalidade geral, que depois se especifica em cada individuação do Ser. Esta individuação apresenta a continuidade desta *constante H*, através do Em Si ôntico, “princípio formal inteligente que faz autóctise histórica”. Este Em si recebe a forma e a imagem da *constante H*, é uma especificação desta no homem.



Através do Em Si ôntico em situação histórica, obtém-se o Eu a priori, o ponto ótimo a ser concretizado, naquele momento. Nesta sinalização do Eu a priori, o critério que o Em Si ôntico utiliza, funda-se em quinze fenomenologias, homologadas em situação histórica, presentes, pelo menos três: identidade, utilitarismo e funcionalidade. O homem faz a escolha, à luz da sua própria identidade, daquilo que é útil à funcionalidade da sua individualidade histórica.

Caso não se possa ler as imagens projetadas pelo Eu a priori, em nível de consciência, de reflexão, o intelecto informa através do corpo, dos sonhos, enfim usa uma linguagem própria, porém precisa, no sentido de acordar o sujeito para a vida, fazê-lo despertar, fazê-lo entender e pegar aquilo que é seu.

Tendo a consciência transparente e feita a escolha ética adequada, o resultado se dá na práxis: sanidade funcional e realização, ou seja, desaparecimento do sintoma ou problema, bem como desenvolvimento do sujeito no plano da funcionalidade integral. Neste ponto, o sujeito alcança o “bem supremo”, a beatitude ou felicidade.

#### **4 Conclusão**

Fazer uma conclusão do pensamento de dois grandes homens, da envergadura de Aristóteles e Prof. Meneghetti constitui uma tarefa hercúlea, em que pese o assunto desenvolvido seja, apenas, uma pequena fração do saber produzido por eles.

Existe um hiato histórico, que separa o estagirita do Prof. Meneghetti, superior há vinte séculos. São dois extremos, cujas realidades diferem radicalmente, do ponto de vista tecnológico, político, social e econômico; porém, existe uma coisa em comum, o homem, o ser humano. É com base neste referencial comum, o homem, que se fez esse breve estudo.

O primeiro ponto de conclusão, refere-se aos *modos de atribuição do ser* aplicados na expressão “meio-termo”. As formas de utilização, em Aristóteles e Meneghetti, são análogas, ou seja, grafia igual, porém o sentido de uso é distinto. Em Aristóteles, o meio-termo é uma medida entre dois contrários, entre dois extremos, que admitem o termo médio. São extremos de uma mesma natureza, dentro do mundo fenomênico, cuja mensuração é factível.

Já, em Meneghetti, o meio termo não é utilizado como termo médio, mas é um ponto de mediação entre Ser e existência. O meio termo universal ou *constante H* é uma especificidade que sintetiza e identifica a natureza humana, dentro de uma relação de Causa e efeito, portanto, é a informação que estabelece o nexos ontológico, que estabelece a conexão com o universal, com a ordem da vida.

Essa primeira conclusão constitui uma pequena distinção, que permite compreender as demais conclusões. Para Aristóteles, existe um meio termo obtido e aplicado no mundo fenomênico; por outro lado, para Meneghetti ocorre o resgate da dimensão metafísica do humano, na práxis existencial. A *constante H* ou meio termo universal e o Em Si ôntico ou meio termo do indivíduo são os indicadores do Ser na existência.

O segundo ponto a ser concluído, refere-se ao aspecto da consciência. Aristóteles, salvo melhor juízo, não manifestou no conjunto de suas obras, um estudo sistemático e verticalizado sobre a consciência, no sentido de analisá-la, se reflete ou não com exatidão. O que se tem como referencial histórico, em termos de estudo sobre o tema, é a teoria dos atos voluntários, involuntários e não-voluntários desenvolvido no livro III, do **Ética a Nicômacos**. Neste livro ele faz uma abordagem dos elementos externos que influem no agente, procura definir o conceito de agir *por* ignorância e *na* ignorância, entre outros aspectos. Fora deste ponto, os seus modos de atingir a excelência moral, baseavam-se no agir com retidão, enquanto comportamento aceitável pela sociedade grega da época, não obstante a sua preocupação contínua de agir à luz da reta razão.

Dentro desta linha, o Prof. Meneghetti, ao longo da sua formação filosófica e atividade clínica, colheu a necessidade de revisar a consciência do homem, pois ela não reflete o real da vida, impedindo a obtenção do conhecimento exato. Para isto, atualizou a atividade psicoterápica, como instrumento indispensável a este fim, isto é, atualizar a consciência ao real, possibilitando que ela seja um mediador técnico apto, capaz de operar o nexos ontológico.

O terceiro ponto é o critério de Aristóteles para atingir o meio termo. Ele pontua com muito preciosismo todos os extremos de cada ação ou emoção. Ele sinaliza o meio termo, com vários exemplos, porém não precisa como chegar a ele. Menciona que é único para cada sujeito e varia conforme as circunstâncias, entretanto a fórmula de

precisão permanece em aberto. Em algumas situações, quando a ação ou emoção, já caracteriza uma deficiência moral, ele exclui a possibilidade do meio termo. Neste ponto, ele já faz uma inclinação moral, ele opta por uma regra de moral societária, ele age à luz de um estereótipo social grego, quando exclui ações que ele julga uma deficiência, um vício moral.

Nessa temática, o Prof. Meneghetti sinaliza que o meio termo é uma regra de natureza, ínsita no ser humano: a *constante H*, enquanto forma geral e Em Si ôntico, enquanto princípio-critério de cada indivíduo. Por meio do Em Si ôntico, em situação histórica, projetam-se as imagens do Eu a priori, que devem ser lidas pela consciência. Esta leitura pode ser feita a cada instante, por uma consciência total, atualizada continuamente. Frustrada esta leitura, ela pode ser lida, através das manifestações do Em Si ôntico, seja por meio de sinais orgânicos, seja pelos sonhos. Existe um critério preciso, formalizado, que independe da regra ou moral da sociedade.

O quarto ponto, de certa forma, já implícito nos anteriores, refere-se ao rol de ações e emoções apresentado por Aristóteles, que sinalizam a excelência ou deficiência, a virtude ou o vício. Não obstante, a procedência da maioria destes rótulos sociais, alguns deles devem ser melhor ponderados, enquanto objeto de escolha, pois são relacionados a um contexto histórico e social muito particular, a sociedade ateniense.

Neste ponto, o Prof. Meneghetti não lista rótulos de comportamento, mas apresenta um critério que poderá ou não validar o ato ou a emoção, seja ela do excesso ou da falta. O excesso ou a falta poderá ser um ato moral válido, desde que o Em Si ôntico, em situação histórica, aponte tal caminho, sinalize tal conduta.

O quinto ponto refere-se a um suposto motivo de erro, que impede a obtenção do meio termo. Aristóteles sinaliza a inclinação sombria da alma, a existência de um elemento, além da razão e que se opõe a ela própria. É uma desconfiança, de que existe algo de errado dentro do sujeito. Ele não racionalizou, talvez nem tenha compreendido com a verticalidade necessária ou, provavelmente, não dispunha dos instrumentos racionais adequados para entendê-la, porém registrou este fato.

O Prof. Meneghetti, com base na sua experimentação clínica de sucesso, por mais de dez anos, aliado a sua racionalidade densa identificou e formalizou a compreensão do monitor de deflexão. Duas ou três imagens obsessivas na mente do sujeito, que se interpõe entre a potência e o ato. É um ponto distintivo da pesquisa

científica do Prof. Meneghetti, pois com esta descoberta possibilitou a compreensão racional dos erros e dos acertos humanos.

Não resta dúvida, que o meio termo ou critério de decisão muito bem elaborado por Aristóteles, é perfeitamente possível de ser alcançado, na medida em que exista o conhecimento da *constante H*, do Em Si ôntico, do campo semântico e do monitor de deflexão. Com estas descobertas, que foram devidamente racionalizadas pela ciência Ontopsicológica, é possível pontuar a virtude, a excelência para alcançar a beatitude, a felicidade ou o “bem supremo”.

Não se pode, de forma alguma, desconsiderar o mérito de Aristóteles na busca da perfeição moral. Certas passagens deste filósofo demonstram uma total fineza de espírito, que somente os grandes possuem. São passagens que verbalizam o Em Si ôntico desse filósofo, são expressões de uma alma cândida, transparente que possuía um profundo amor pelo saber e pelo homem.

Em que pese Aristóteles, não tenha racionalizado com precisão este meio termo, não significa que ele não tenha operado com precisão esta fórmula, ao longo da sua trajetória. Com certeza, ele deve ter tido uma intuição muito precisa nas suas escolhas, nas suas relações políticas e sociais. Quando afirma que a intuição é o princípio dos princípios (ARISTÓTELES, **Analíticos posteriores**, livro II, 100 b), já sinaliza um instrumento eficiente de escolha nas suas ações.

Por fim, Aristóteles e Prof. Meneghetti são duas formas de racionalidade que se completam, cada qual com a contribuição adequada ao seu tempo. Com o meio termo aristotélico, agregue-se o critério científico identificado e racionalizado pelo Prof. Meneghetti, a *constante H*, enquanto meio termo universal e o Em Si ôntico, enquanto meio termo do indivíduo.

### **Referências bibliográficas**

ARISTÓTELES, **Ética a Nicômacos**. Tradução de Mário Gama Kury. 3ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, c1985, 1992;

\_\_\_\_\_. **Metafísica**. Volumes I, II e III. Ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. Tradução para o português de Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2005;

\_\_\_\_\_ **Órganon: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofisticas.** Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2ª edição, 2010;

CAROTENUTTO, Margherita. **Histórico sobre as teorias do conhecimento.** Tradução Ontopsicologica Editrice. – São João do Polêsine/RS.- Ontopsicologica Editrice, 2009;

MENEGHETTI, Antonio. **Campo semântico.** Tradução Ontopsicologica Editrice.- 3ª edição.- Recanto Maestro, RS: Ontopsicologica Editrice, 2005;

\_\_\_\_\_ **Dicionário de Ontopsicologia.** Tradução: Ontopsicológica Editora Universitária. 2ª edição revista e atualizada.- Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2012;

\_\_\_\_\_ **L’In Sé dell’uomo.** IV edizione.- Roma: Ontopsicologica Editrice, 1999;

\_\_\_\_\_ **Lições de Leningrado: Uma introdução à Ontopsicologia.** Tradução de Wilney Ferreira Giozza. Porto Alegre: ABO, 1993;

\_\_\_\_\_ **O critério ético do humano.** Tradução Maria Luisa Andreola. Porto Alegre: Ontopsicologica Editrice, 2002;

\_\_\_\_\_ **O Projeto homem.** Tradução e revisão Cláudia Montenegro e Gabriela Rothenbach. – 3. Ed. – Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2011;

\_\_\_\_\_ **Manual de Ontopsicologia.** Tradução Ontopsicológica Editora Universitária. – 4ª edição.- Recanto Maestro: Ontopsicologica Ed., 2010;

\_\_\_\_\_ **O monitor de deflexão na psique humana.** Tradução Ontopsicologica Editrice. – 5. Ed. – Recanto Maestro, RS: Ontopsicologica Editrice, 2005;

RIZZI, Jorge Angel Livraga. **Curso de Introdução de filosofia à maneira clássica de Nova Acrópole.** Edições Nova Acrópole;

VIDOR, Alécio. **Filosofia Elementar.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008;

ZILLES, Urbano. **Teoria do Conhecimento.**- 5. Ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.